
AS RELAÇÕES DE PODER NOS DISCURSOS DIVULGADOS PELA MÍDIA PARA
A REALIZAÇÃO DO REFERENDO 2005

MIRELA ADRIELE DA SILVA*

KÁTIA MENEZES DE SOUSA**

RESUMO

O que se propõe neste estudo é a análise das “relações de poder” construídas pelas “propagandas eleitorais” do Referendo 2005, divulgadas na mídia televisiva, por meio de um *corpus* extraído de três campanhas publicitárias. Em seus enunciados, serão analisadas as relações existentes entre a mídia televisiva, o discurso político do Referendo e o poder. Para isso, buscaremos apoio na teoria de Michel Foucault, para quem as “relações de poder” existem na medida em que “alguns’ exercem um poder sobre os outros”. Assim, a mídia é um dos elementos que age sobre os indivíduos, atingindo todas as camadas populacionais e influenciando suas opiniões e sua maneira de ver o mundo.

PALAVRAS-CHAVE: discurso político, relações de poder, mídia.

INTRODUÇÃO

A Análise do Discurso inicia-se na França em 1969 (marco inaugural), no auge do estruturalismo, tendo como mote uma intervenção, uma ação transformadora, que pudesse combater os excessos do estruturalismo lingüístico que se configuravam, especialmente, pela exclusão deliberada do sujeito. O objetivo dos estruturalistas, na tentativa de romper com a fenomenologia, o psicologismo e a hermenêutica, era

* Aluna especial da Disciplina Discurso, Sujeito e Poder do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da UFG e integrante do Grupo de Pesquisa Trama/UFG.

E-mail: mireladrielle@hotmail.com

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Faculdade de Letras/UFG e coordenadora do Grupo de Pesquisa Trama/UFG.

E-mail: km-souza@uol.com.br

normalizar o sujeito para que ele não perturbasse a análise do objeto científico (FERREIRA, 2005).

O presente estudo enfoca, sobretudo, a teoria de Michel Foucault, se é que a podemos chamar assim. Alguns estudiosos da obra do autor identificam, usualmente, três fases no pensamento foucaultiano: arqueologia, genealogia e ética. Tal sistematização combina critérios metodológicos e cronológicos, procurando evidenciar que, a cada fase, corresponde um problema principal e uma metodologia. Veiga-Neto (2003), por exemplo, opta por utilizar, em vez de fases ou etapas, a expressão “domínios foucaultianos” para designar “ser-saber”, “ser-poder” e “ser-consigo”. Cada uma dessas etapas se imbrica nas outras, o que as une em um todo conciso e coerente, que tem como pano de fundo, em cada etapa, a compreensão dos mecanismos que se ligam à vontade de verdade.

Neste estudo busca-se entender as relações existentes entre a mídia televisiva, o discurso político do Referendo 2005 “que se constituiu como uma consulta popular com o objetivo de legalizar a proibição ou a continuidade do comércio de armas e munições no país” e o poder, sendo este último parte da genealogia descrita por Foucault. Ao diferenciar, mais uma vez, a arqueologia da genealogia, o autor explica que a primeira “é o método próprio à análise da discursividade local”, e a segunda “é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade” (FOUCAULT, 2006, p. 172).

Michel Pêcheux, um dos inauguradores da Análise do Discurso, pelas reconsiderações e mudanças que vai implementando em suas análises, acaba assumindo a divisão da Análise do Discurso (AD) em três épocas, conhecidas como AD1, AD2 e AD3. A primeira época, marcada pelo fato/ilusão de ser o sujeito a fonte do discurso, está vinculada a uma posição estruturalista pós-saussureana, compreendida como um conjunto de discursos produzidos em um determinado momento, resultante de condições de produção estáveis e homogêneas, ou seja, o

próprio discurso seria homogêneo (FERNANDES, 2005). Já na AD2, Pêcheux se utiliza do conceito de formação discursiva de Michel Foucault e, inicialmente, percebe-a como operadora do “assujeitamento” do sujeito como sujeito ideológico, já que determina o que pode e deve ser dito, a partir de uma determinada posição e situação (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004). Ao final de 1970, Pêcheux reflete sobre a noção de interdiscurso, mas mantém a noção de sujeito discursivo como efeito do assujeitamento à formação discursiva com a qual se identifica. A última época da AD, conhecida como AD3, ocorre quando começam a surgir várias interrogações sobre a questão do sujeito do discurso, do espaço da memória, e da própria Análise do Discurso.

Nessa última fase, iniciada a partir de 1975 e que chega à mudança decisiva na década de 1980, as idéias de Foucault surgem fortemente nos debates da AD e, segundo Malidier (2003), levam Pêcheux a considerar a singularidade do acontecimento discursivo. Assim, os trabalhos passam a considerar a heterogeneidade tanto como categoria conceitual quanto em relação ao *corpus*: “tomando a formação discursiva no interior da heterogeneidade, ela deixa de referir-se a um exterior ideológico e passa a ser buscada na dispersão dos lugares enunciativos do sujeito” (GREGOLIN, 2004, p. 155).

Pêcheux (2002) analisa as mudanças provocadas pela expansão da mídia e seu papel na configuração da política a partir do enunciado “*on a gagné*” proferido pelo povo na vitória de F. Mitterand nas eleições presidenciais francesas de 1981. De acordo com Gregolin (2004), havia chegado o tempo de incorporar à análise a fluidez enunciativa da mídia, o discurso ordinário, as novas materialidades do mundo “pós-moderno” que se concretizavam nos discursos. Pêcheux se aproxima de Foucault acatando a heterogeneidade, a dispersão, o acontecimento discursivo, abandonando o primado dos discursos tidos como legítimos (oficiais, impressos etc.) e contemplando, em seus trabalhos, a memória sob a história e os múltiplos enunciadores cujos enunciados constroem os arquivos dos discursos ordinários.

No tópico seguinte, será apresentado o objeto de estudo escolhido, o Referendo 2005, quando será iniciada uma discussão sobre o modo de processamento das relações de poder para, por fim, realizar-se uma análise dos enunciados proferidos durante as campanhas, com o suporte da teoria.

O OBJETO DE ESTUDO: O REFERENDO

A Constituição Brasileira estabelece, para a República Federativa do Brasil, dois tipos de democracia: a representativa e a participativa direta. Uma definição interessante para a expressão/regime democracia representativa é a de Ghiraldelli Júnior (2006, p. 55), na qual o autor explica que a

democracia (governo do povo) é o regime em que a tomada das decisões obrigatórias para todos é feita por todos os cidadãos qualificados (*demos*). Ela pode ser definida pela completa *certeza* quanto aos procedimentos (estabelecimento prévio de quem decide, como decide e sobre o que decide) e pela completa *incerteza* quanto aos resultados (todas as decisões tomadas dentro dos procedimentos regulares devem ser vistas como possíveis e igualmente acatadas por todos).

Dessa forma, considera-se que a democracia consiste na delegação do poder decisório a indivíduos considerados qualificados para tal tarefa e, no caso da República Federativa do Brasil, os cidadãos repassam o poder aos membros dos poderes Executivo e Legislativo, por meio de eleições diretas. No entanto, existem algumas formas constitucionais nas quais os cidadãos retomam esse poder: a iniciativa popular, o plebiscito e o referendo, que são formas de democracia com participação direta da população.

De acordo com Almeida Maciel (1998), a iniciativa popular acontece quando há a apresentação, pelos cidadãos, de projetos de lei

ao Legislativo, desde que um número de pelo menos 800.000 eleitores (1% do total de eleitores do país), distribuídos em cinco estados (no mínimo), com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles, assinem o projeto.

O plebiscito é um instrumento de decisão popular sobre um item político ou institucional específico, visando a sua aceitação pelo povo, anteriormente à sua normatização/formulação legislativa.

Já o referendo consiste na submissão de projetos de lei, aprovados pelo legislativo, ao exame direto dos cidadãos, sendo sua autorização de competência do Congresso Nacional. Esta forma de democracia direta é utilizada para confirmar ou rejeitar o projeto aprovado, ou apenas um de seus itens.

No dia 23 de outubro de 2005, um importante ato democrático, o Referendo, aconteceu no Brasil. Naquele acontecimento, o povo deveria escolher se aprovava ou não a proibição da venda de armas, ou seja, se votaria SIM (Frente Brasil sem Armas), ou NÃO (Frente Parlamentar pela Legítima Defesa). Caso o primeiro vencesse, somente militares, policiais, agentes de inteligência e empresas de segurança privada e de transporte de valores poderiam comprar armas e/ou munição. A campanha ressaltava que as fábricas e as grandes lojas nacionais não deixariam de existir, já que não atendem apenas ao mercado interno. Se o NÃO vencesse (e foi o que aconteceu), tudo continuaria como estava: o cidadão comum poderia comprar armas e/ou munição, desde que atendesse aos requisitos básicos do Estatuto do Desarmamento, em vigor desde 22 de dezembro de 2003.

As propagandas televisivas analisadas neste trabalho foram veiculadas no mesmo horário das propagandas eleitorais e realizadas seguindo o mesmo estilo. Cada uma das “Frentes” teve 19 minutos diários de inserção para servir-se de argumentos que pudessem vir a “convencer” e “esclarecer” a população sobre a melhor opção de voto. Além disso, a mídia televisiva também dedicou um bom tempo para discutir, principalmente nos programas jornalísticos, questões e esta-

tísticas referentes ao assunto. Em todos esses eventos, foi possível perceber uma “nova fala pública, cambiável, fluida, imediata”, propiciada pelo que hoje é chamado de “espetacularização da política” (GREGOLIN, 2003, p. 13).

A seguir, serão discutidos os conceitos de discurso, poder e mídia, bem como o modo como a relação entre eles foi constituída e construída nos enunciados proferidos durante as campanhas do Referendo 2005. Além disso, explicar-se-á como se deu a escolha e a coleta de dados nas propagandas da mídia televisiva.

DISCURSO, MÍDIA E PODER NO “REFERENDO 2005”

O discurso, de acordo com Pêcheux (1997), é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas e deve ser remetido às relações de sentido nas quais é produzido. Por isso, é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma seqüência lingüística fechada sobre si mesma, sendo necessário sempre referir os enunciados ao conjunto de discursos possíveis, a partir de um estado definido das condições de produção.

Para Foucault (2002a), discurso designa um conjunto de enunciados que podem pertencer a campos diferentes, mas que obedecem, apesar de tudo, a regras de funcionamento comuns. Dessa forma, definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual consistiria em descrever a dispersão dos diferentes objetos, que surgem com o jogo das regras e que são recortados por medidas de discriminação e de repressão, que se diferenciam na prática cotidiana, na jurisprudência, nas normas religiosas, nos diagnósticos médicos etc. Ao falar de um sistema de formação de objetos, conceitos, enunciações (e aqui podemos pensar no objeto referendo com suas definições, categorizações, convicções teóricas e seus enunciados), Foucault (2002a) não leva em conta apenas a justaposição, a coexistência ou a interação de elementos heterogêneos, mas seu relacionamento estabelecido pela prática

discursiva. Assim, um enunciado tem sempre as fronteiras marcadas por outros enunciados. Ao mesmo tempo em que

surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquivava, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade. (FOUCAULT, 2002a, p. 121)

De acordo com Revel (2005), após 1971, Foucault abandona o tema do discurso para passar à análise das práticas e das estratégias discursivas, ou seja, passa de uma arqueologia, para uma “dinastia do saber”. Esse deslocamento propicia a passagem da arqueologia (primeira fase de Foucault) para uma genealogia (segunda fase). E é nesse momento, então, que surge o tema das práticas de resistência que possuem uma origem discursiva.

Se o discurso é o “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2002a, p. 135), o enunciado, de acordo com o autor,

é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). (p. 99)

O enunciado não pode ser descrito em termos estruturais, muito menos ser colocado no mesmo nível de uma frase, proposição ou ato de linguagem; ele é mais do que isso. De acordo com Foucault (p. 99), “é uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que [os enunciados] apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço”.

Um enunciado não aparece do nada e nem vai para o nada. Ele surge em virtude de várias práticas discursivas que já existiam anteriormente. Mas o que seriam essas práticas discursivas? Segundo Foucault (p. 136), “é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa”.

Dessa forma, os enunciados são utilizados para que se possa determinar de que modo os sujeitos são constituídos e como se constituíram os saberes para que eles se transformassem em pequenas esferas de micropoderes e de que forma estes poderes se deslocam, instituindo novas formas de poder, novos enunciados e novas formas de resistência.

Nesse sentido, Courtine (2006, p. 141) fala de uma transformação da cobertura midiática da atualidade política, ao afirmar que

o declínio da imprensa escrita, o aumento do poder da televisão, a competição entre as grandes redes e os canais a cabo exacerbaram a concorrência entre as mídias, privilegiaram os efeitos de anúncios espetaculares [...]. A aceleração da rapidez e dos ritmos da informação, a brevidade dos prazos de reflexão e de redação torna problemáticas as investigações longas e aprofundadas, favorecendo os trabalhos superficiais, muito freqüentemente limitados a fontes duvidosas.

De acordo com Charaudeau (2006, p. 289), ao usarem a mídia televisiva para repassar suas idéias, os políticos dramatizam as informações, privilegiando alguns assuntos em detrimento de outros, pressupondo que tais assuntos devem corresponder à preocupação do público no momento. Ora, apesar de as propagandas do Referendo não serem partidárias e não envolverem políticos, é possível perceber, em seus enunciados, características semelhantes às usadas pelos ditos representantes do povo, com um cunho altamente dramático, de acordo com o enunciado a seguir:

[P2, 15/10/2005) ¹

Arma mata. E isso não é direito. Arma fere e aleija. Arma legal sempre vai pro bandido. O crime aumenta. É isso que você quer?

A dramatização, no enunciado anterior, é realizada por meio da entonação utilizada pela narradora no momento da enunciação e pelas imagens paralelas, que vão mostrando cenas de tiroteios, de pessoas feridas e inválidas. Com a opção por esses enunciados, juntamente com a entonação e as imagens, há o efeito de tragédia anunciada que poderá ser evitada ou não pela população, conforme a sua resposta à consulta. Esse efeito, construído com base em enunciados já manifestados em acontecimentos anteriores e em acontecimentos que podem ser precipitados a qualquer momento, se uma atitude não for implementada, tem seu ápice na pergunta: “É isso que você quer?” A escolha que pode evitar a tragédia fica a cargo do telespectador, que, abalado emocionalmente pelas cenas e enunciados que remetem a sofrimento, dor e consternação, constrói suas imagens da situação de uso de arma a partir de valores atribuídos a quem de direito pode ou não tirar a vida ou punir com a invalidez, e a quem deve ser punido com a morte ou com o sofrimento. Assim, vê-se ecoarem discursos que se ligam a valores morais construídos historicamente com base em saberes jurídicos, religiosos, científicos, que constituem as relações de poder impulsionadoras das práticas cotidianas de uma sociedade em conflito pelas diferenças marcadas e objetivadas, principalmente, pelos discursos da mídia.

Percebe-se, com o acontecimento do Referendo, que, ao compor as propagandas no mesmo estilo das eleitorais, o objetivo pode ter sido o de realizar uma aproximação com o público, tanto por meio da linguagem mais acessível, quanto por meio da aparição de cidadãos comuns, dando suas opiniões a respeito do porquê de votar SIM ou NÃO. Os sujeitos se sentem participantes ativos do processo, ajudando a construir um Brasil melhor e sem violência, e esse fato é que constitui o efeito esperado por qualquer governo que tenha a democracia como sistema. Acima de qualquer coisa, a impressão que fica para os brasileiros

é a de que há uma preocupação, passada por meio da mídia, com o seu bem-estar, como há, também, uma separação que os coloca como “cidadãos de bem”, que devem ter seu direito à vida garantido, diferentemente daqueles que são colocados como “bandidos”. Os efeitos de verdade vão se configurando no meio do espetáculo que coloca em cena personagens do bem e do mal.

Ao usar uma linguagem mais informal e utilizar pessoas comuns nas propagandas, a mídia televisiva aproxima-se da população, estabelecendo com as pessoas uma relação de poder em mão dupla, constituindo e sendo constituída por elas. Além disso, por atingir a maior parte da população, as propagandas do Referendo foram vistas, ouvidas e repetidas por milhões de indivíduos que, além de serem espectadores, eram atores que intervinham nos programas, dando opiniões, na maioria das vezes emocionais, sobre o assunto, como bem atesta Charaudeau (2006, p. 295), para quem o cidadão

é espectador de combates que envolvem o ideal político e ao mesmo tempo lhe é dada a ilusão de ser ator que intervém nas mídias de diferentes formas; é pedida sua opinião, mas ele jamais pode discuti-la; seria desejado que se exprimisse racionalmente, mas só suas emoções são solicitadas.

No fragmento a seguir, tem-se um exemplo de uma entrevista em que uma pessoa comum é chamada a conceder um depoimento sobre uma experiência vivida num ato violento. A opinião do entrevistado é colocada em cena como forma de suscitar outros enunciados emocionados que contemplam o fato em si, mas não reflexões acerca das implicações dos acontecimentos e do uso da arma de fogo.

[P11, 14/10/2005]

Já fui assaltado, já tive meu carro violado, já tive, fui assaltado na minha residência. Realmente eu tenho medo.

Percebe-se, nesse exemplo, que os sentimentos se encontram em primeiro lugar. Não se racionalizam os fatos, não se apontam fatores

positivos e/ou negativos para o comércio/não-comércio de armas de fogo. Os entrevistados simplesmente expressam opiniões por meio das emoções. Isso demonstra que há um deslocamento das relações de poder, uma vez que o poder geralmente se encontra ao lado da ciência, mas, em algumas situações, essa se alia à sabedoria e à experiência de vida da população, como demonstrado no enunciado acima que, unido às estatísticas mostradas nos programas, revela que o número de assaltos cresce a cada dia e, caso não se tenha uma arma em casa, crescerá ainda mais, pois se abrirão as portas aos bandidos.

O saber do povo, quando se trata de apresentar números para comprovar os saberes institucionalizados, é contemplado e serve como discurso de autoridade para a argumentação dos enunciados constituídos por saberes autorizados, capazes de (re)estabelecer a verdade. O saber do cidadão comum é requisitado e apropriado pela propaganda, que radicaliza a situação, acentuando o poder da arma, que, na mão do bandido, significa tragédia, enquanto que, na mão do cidadão de bem, significa preservação da vida:

[P7, 14/10/2005]

Aí você põe uma placa na tua casa assim: “Bandido, pode entrar que eu tô desarmado”. Legal? Então é NÃO, né?

Analisando as formas de poder, Foucault (1999, 2001) descreve práticas que constituíram um poder soberano, em que o exercício do poder se dá pelo direito do soberano de causar a morte ou de deixar viver, poder substituído, a partir do século XVII, pelo poder disciplinar, que se centrou nos corpos dos indivíduos para torná-los dóceis e úteis, formando mais tarde uma outra forma de poder capaz de organizar a vida da população, o biopoder. O autor fala de biopoder para designar aquilo que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana. Para o exercício desse poder, haverá um investimento sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as

condições de vida, e, assim, ele deve qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, exercendo um controle sobre a vida no sentido de fazer com que a população se perceba como resguardada em seu direito pela vida, saúde, felicidade e satisfação das necessidades.

Discorrendo sobre as formas de poder da atualidade, Deleuze (1992) afirma que Foucault foi um dos primeiros a mostrar que as sociedades disciplinares estão ficando para trás na história e dando lugar a uma sociedade de controle, que não funciona mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea. Hardt e Negri (2004), com base em Foucault, mostram que o poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente o cérebro (em sistemas de comunicação, redes de informação etc.) e os corpos (em sistemas de bem-estar, atividades monitoradas etc.).

Foucault, ao estudar o poder, propõe também que se realize uma abordagem “analítica” das relações de poder, pois,

se tentarmos construir uma teoria do poder, será necessário sempre descrevê-lo como algo que emerge num lugar e num tempo dados, e daí deduzir e reconstruir a gênese. Mas se o poder é, na realidade, um conjunto de relações abertas, mais ou menos coordenadas (e, de fato, mal coordenadas), então o único problema consiste em se munir de uma rede de análise que torne possível uma analítica das relações de poder. (FOUCAULT apud RABINOW e DREYFUS, 1995, p. 202)

Assim, tem-se que a tarefa da análise é identificar de que modo o poder opera e, para isso, “devemos nos remeter ao nível das micropráticas, das tecnologias políticas onde nossas práticas se formam” (RABINOW e DREYFUS, 1995, p, 203), uma vez que o poder não se restringe apenas às instituições políticas. A família, a religião, a escola, os sindicatos etc., todos exercem uma espécie de poder, e estas relações de poder são desiguais e móveis. Nos fragmentos a seguir, apresentam-se depoimentos tomados durante uma missa na Igreja Católica de Aparecida do Norte, em São Paulo. A propaganda veiculada apresenta uma cena da missa em que o padre, em seu sermão, conclama os fiéis a votarem a favor do

desarmamento. Na mesma propaganda, fiéis são entrevistados após a missa e os depoimentos demonstram o poder que a religião exerce sobre o indivíduo; ao enunciar sua concordância, ele faz proliferarem os efeitos de verdade respaldados por aquele poder-saber:

[P2 – narradora]

Na Festa da Padroeira do Brasil, o bispo de Aparecida, Dom Raimundo Damaceno, fez um apelo aos fiéis para que votem por um Brasil sem armas.

[P15 - padre]

E eu convido a todos aqueles que estiverem dispostos realmente a assumir esse compromisso, a levantar a sua mão, em sinal de que vai realmente dizer sim. (palmas)

[P16]

Eu hoje pedi a paz no Brasil e a paz no mundo. Então a gente tem que abolir a arma de fogo.

[P17]

Nós, devoto de Nossa Senhora Aparecida, tem que votar pela paz.

[P18]

A minha arma é poderosa. A minha arma é Deus.

A voz de autoridade do padre se liga à verdade construída pelas leis da Igreja e de Deus, autoridade máxima e conhecedora do caminho que leva à verdade e, logo, à salvação. É o representante de Deus que convida os fiéis e os telespectadores a assumir o compromisso com o desarmamento. Novamente, seguindo o discurso de uma autoridade reconhecida, são colocados em cena os enunciados do povo comum que assimilou bem os ensinamentos e se constituiu como pessoas virtuosas e do bem na presença de Deus. As propagandas que compõem o acontecimento do Referendo utilizam, como recurso, o interdiscurso, aproximando discursos religiosos, científicos, jurídicos, políticos, policiais, construindo assim efeitos de sentido que resgatam e antecipam imagens definidoras da paz e da guerra.

Ao apresentar o projeto do *Panopticon*, de Jeremy Bentham (1791),² como exemplo de funcionamento do poder, Foucault afirma que os indivíduos exercem poder uns sobre os outros na medida em que controlam os demais indivíduos e exercem um autocontrole sobre si mesmos. Ao se incluir em determinada formação discursiva e em certas condições de produção, alguns enunciados passam a ser considerados normais para tais parcelas populacionais. Nos depoimentos apresentados acima, tem-se como normal o fato de que Deus é a única arma que se deve ter em casa para proteção. Já nos enunciados abaixo, o normal, para o indivíduo, é proteger-se a si próprio e a sua família, uma vez que o governo, que é quem deveria propiciar a segurança, não o faz:

[P2, 14/10/2005]

As pessoas querem segurança e tranquilidade, mas ao invés de combater a criminalidade, o governo quer desarmar o cidadão de bem.

[P1, 14/10/2005]

Antes de terminar eu queria deixar uma mensagem de esperança pra você, cidadão brasileiro, que muitas vezes até depende do governo para receber direitos básicos, como saúde, educação, moradia e segurança. Esses direitos o governo não lhe dá. Por isso mesmo, você não pode abrir mão de um direito que é seu. No dia 23, diga NÃO à proibição. Pelos seus direitos, pelos nossos direitos, vote 1, vote NÃO!

A disciplina e as técnicas do biopoder são confirmadas nos exemplos acima em que a vigilância e a punição são lembradas como formas de garantir a tranquilidade. O controle é exercido pela difusão da necessidade de direitos tidos como básicos para a sobrevivência, entre eles o direito de possuir uma arma.

Os saberes da ciência são, hoje, constituídos como autoridade, quando se fala em saúde, educação, segurança, e são os que mais exercem poder sobre a população, uma vez que trazem, em suas práticas discursivas, o conhecimento comprovado, a verdade das estatísticas, dos

números, da matemática. A mídia televisiva e, assim, as propagandas do Referendo 2005, principalmente as da Frente Brasil sem Armas, o SIM, utilizam-se desse conhecimento para convencer a população, demonstrando que os mecanismos do biopoder funcionam nas práticas das redes de comunicação:

[P2, 15/10/2005]

Por causa das armas, mais de 50 mil brasileiros vão viver pelo resto da vida numa cadeira de rodas. Esse número corresponde ao público de um estádio de futebol lotado.

Em 1997, faturamento de 55 milhões de reais, 27 mil mortes. Em 99, 64 milhões, 31 mil mortes. Em 2001, 93 milhões, 34 mil mortes. Em 2003, 163 milhões de reais de faturamento, 39 mil mortes. E assim, ano após ano, sobe o faturamento da indústria das armas. E o número de mortes sobe junto.

E de onde vêm as armas dos bandidos? Reportagem da *Revista Época* mostra: 81% das armas apreendidas com bandidos são fabricadas e vendidas aqui mesmo. Os números mostram que quem abastece o bandido no Brasil é arma brasileira, fabricada e vendida aqui.

Com tais dados estatísticos, busca-se exercer uma repressão ao uso de armas, estabelecendo provas consideradas concretas. Para Foucault (2006, p. 175), “o poder é essencialmente repressivo [...] não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação”, e é, acima de tudo, uma relação de força. A partir desses critérios estabelecidos pelo autor, pode-se, então, perceber essas relações de força e a presença dos micro-poderes e das resistências e estratégias de poder presentes nos enunciados do SIM e do NÃO nas campanhas televisivas do Referendo 2005. Os discursos desencadeados com o Referendo sustentaram os embates e atuaram na decisão entre o SIM e o NÃO. Os enunciados constitutivos desses discursos marcam um acontecimento que, segundo Foucault, é único, apesar de abrir para si mesmo uma existência remanescente no campo de uma memória e de estar aberto à repetição, à transformação, à reativação, porque “está ligado não apenas

a situações que o provocam, e a conseqüências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem” (FOUCAULT, 2002a, p. 32).

Nesse sentido, reconhecemos que, passada a consulta e instituída a legislação que não proíbe a fabricação e comercialização de armas, mas regulamenta o seu porte, os discursos que constituíram o acontecimento do Referendo 2005 estão adormecidos na memória dos cidadãos brasileiros, esperando um novo acontecimento para serem ativados e poderem construir novos sentidos. Basta que a mídia divulgue outros acontecimentos que envolvam violência armada para que os discursos que definiram naquele momento o cidadão de bem e o bandido, o que tem a garantia à vida, o que tem o direito à morte, as formas de proteção e de punição, sejam despertados e voltem a ecoar os seu sentidos na constituição dos enunciados que configurarão os novos acontecimentos.

A pergunta de Foucault (2002a, p. 31), “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?”, conclui, por ora, este trabalho, demonstrando a expectativa de que, como acontecimento, o Referendo possa ter assegurado enunciados futuros que não mais se curvem às garantias de bem-estar só porque impostas pelas técnicas da disciplinarização e do controle, mas enunciados que sejam proferidos por indivíduos que se constituam como sujeitos éticos e que se dediquem ao cuidado de si, como bem demonstrou Foucault (2002b), a uma existência estética, a uma experiência de si mesmo sem a necessidade de uma moral constrictiva.

A expectativa, assim, é de que os enunciados marcados na memória coletiva dos brasileiros pelo acontecimento do Referendo sirvam de pontos para relacionar outros enunciados que possam constituir as reflexões dos cidadãos como capazes de construir, de forma ética, a sua maneira de participar das práticas sociais e discursivas da vida coletiva, podendo, assim, dispensar a permissão ou não do uso de armas para se sentirem respeitados em seus direitos. Sabemos que a arma de fogo é

apenas um instrumento, sem poder, se não for apropriado por indivíduos que julgam possuir mais poder que outros para usá-lo. As formas desse poder são variadas, mas todas são garantidas pela legislação ou pela “coragem” ou “covardia” daqueles que não têm autorização para manusear uma arma; dependem dos sujeitos que a vêem como marca de seu exercício de poder. Passado o Referendo, os enunciados posteriores poderão ser outros e, novamente, a pergunta poderá ser formulada: “por que estes enunciados?” Se prazerosos ou trágicos, isso depende de outros enunciados e práticas que já estão sendo construídos.

POWER RELATIONSHIPS IN MEDIA DISCOURSES FOR THE REFERENDUM 2005

ABSTRACT

This study aimed at analyzing the “relations of power” created from the *Referendum 2005* advertisements on TV media. For this purpose, we selected a *corpus* of three “campaigns”, in order to analyze the relationship between the TV media, the political discourse of the *Referendum 2005* and the power. To do so, we based our ideas on Foucault’s theory for whom the “relations of power” exist due to the fact that “some exercise power over others”. Thus, the media can be one of the factors that influence people, their opinions and the way they see the world.

KEY WORDS: political discourse, power relations, media.

NOTAS

- 1 Usa-se a abreviatura “P” para os participantes das campanhas do Referendo 2005, sendo a ordem numérica dada de acordo com a ordem de aparição.
- 2 Analisando a divisão do normal e do anormal, Foucault (1987) descreve a existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os anormais, funcionando como dispositivos disciplinares. O Panóptico de Bentham é uma figura arquitetural que ilustra esse dispositivo disciplinar, ao colocar o detento em permanente vigilância, dadas as características do prédio arquitetado por Jeremy Bentham.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA MACIEL, Eliane Cruxên Barros de. *Democracia representativa e consulta popular*. 1998. Disponível em: [http://senado.gov.br/conleg/artigos/direito/Democracia Representativa](http://senado.gov.br/conleg/artigos/direito/Democracia%20Representativa). Acesso em: 14/9/2006.
- CHARAUDEAU, Patrick. Os efeitos de interferências das mídias. In: _____. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 280-297.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- COURTINE, J. J. *Metamorfoses do discurso político*: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.
- DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso*: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Introdução – o quadro atual da análise de discurso no Brasil: um breve preâmbulo. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Michel Pêcheux e a análise do discurso*: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 13-22.
- FOUCAULT, Michel. Sujeito e poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica* (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- _____. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. *História da sexualidade 1*: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a.
- _____. *História da sexualidade 3*: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 2002b.
- _____. Genealogia e poder – Curso do Collège de France, 7 de janeiro de 1976. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2006. p. 167-177.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da educação brasileira*. São Paulo: Cortez, 2006.

- GREGOLIN, Maria do Rosário. A mídia e a espetacularização da cultura. In: _____. *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 9-17.
- _____. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Claraluz, 2004.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas/SP: Pontes, 2003.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 1997.
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas/SP: Pontes, 2002.
- RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. Poder e verdade. In: _____. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.